



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, reunido em sessão ordinária em 31 de maio de 2022, aprovou a presente MANIFESTAÇÃO PÚBLICA em resposta às ameaças contra a Educação Pública Brasileira e, especialmente, ao Sistema Federal de Ensino Superior.

Considerando:

1. A contribuição histórica das Universidades Públicas Brasileiras, seja no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, e seu protagonismo na Ciência, Tecnologia e no desenvolvimento Humano e Social;

2. O papel indispensável das IFEs no processo de inclusão e ampliação do acesso ao Ensino Superior Público, Gratuito e de Qualidade, a universalização do ingresso de cidadãos e cidadãs à formação universitária;

3. O perfil sócio econômico discente nas IFEs, que alcança, segundo dados do Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2019) 70,2 % de jovens com renda familiar média de até 1,5 s.m. per capita.

4. A Constituição Federal que, em seu artigo 206, define como princípios fundamentais: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, como instrumentos de transformação social e construção da cidadania;

5. As recentes e recorrentes ameaças do próprio Governo à Ciência, ao Conhecimento, à manutenção e ampliação dos recursos necessários ao funcionamento das Instituições, por meio de cortes orçamentários;

Manifestamos, juntando-nos às demais IFEs do país, nossa posição absolutamente contrária ao Projeto de Emenda Constitucional nº 206/2019, recentemente colocado em discussão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e ao corte orçamentário de mais de R\$ 1 bilhão promovido pelo governo no último dia 27 nos orçamentos das Universidades e Institutos Federais brasileiros.

Ações em total desconformidade com as demandas das IFEs e da sociedade brasileira, na medida em que se revelam Inadmissíveis, incompreensíveis e injustificáveis.

Florianópolis, 31 de maio de 2022.